



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Aplicação: 8/6/2008

II CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA SELEÇÃO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Caderno **ALFA** TARDE

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira atentamente se o tipo do caderno — Caderno ALFA — coincide com o que está registrado em sua folha de respostas e no rodapé de cada página numerada deste caderno. Em seguida, verifique se ele contém **sessenta questões**, correspondentes à prova escrita, corretamente ordenadas de **1 a 60**.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da folha de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:
Deixe entrar mais alegria e risos em sua vida.
- 3 Caso o caderno tenha qualquer defeito ou haja discordância quanto ao tipo de caderno, conforme item 1, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores.
- 4 Não utilize lápis, lapiseira (grafite), borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE/UnB.
- 5 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 6 A duração das provas é de **três horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 7 Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, **uma hora** após o início das provas e poderá levar este caderno de provas somente no decurso dos últimos **quinze minutos** anteriores ao horário determinado para o término das provas.
- 8 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de provas.
- 9 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes do presente caderno ou da folha de respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA (datas prováveis)

- I **9/6/2008**, após as 19 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares das prova escrita: Internet – www.cespe.unb.br.
- II **10 e 11/6/2008** – Recursos (prova escrita): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- III **20/6/2008** – Resultados finais da prova escrita e da avaliação de títulos e convocação para a perícia médica: Diário Oficial do Estado de São Paulo e Internet.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 12 do Edital de abertura de inscrições.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet — www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

Nas questões de 1 a 60, marque, em cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção da sua prova.

PROVA ESCRITA

QUESTÃO 1

Na Constituição Federal (CF), algumas matérias, denominadas cláusulas pétreas, não podem ser abolidas nem por meio de emendas. Essas matérias são

- A forma federativa de Estado; dignidade da pessoa humana; divisão dos poderes; pluralismo político.
- voto secreto, direto, universal e periódico; separação dos poderes; forma federativa de Estado; direitos e garantias individuais.
- direitos e garantias individuais; soberania; divisão dos poderes; valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- voto secreto, direto, universal e periódico; separação dos poderes; cidadania; forma federativa de Estado.

QUESTÃO 2

Quanto a conteúdo, forma, origem, estabilidade e extensão, a CF de 1988 pode ser corretamente classificada, respectivamente, como

- formal, escrita, promulgada, rígida e analítica.
- formal, não-escrita, outorgada, flexível e analítica.
- material, não-escrita, outorgada, flexível e sintética.
- material, escrita, promulgada, rígida e sintética.

QUESTÃO 3

Acerca das ações constitucionais, assinale a opção correta.

- O objetivo do *habeas corpus* é fazer com que todos tenham acesso às informações que o poder público ou as entidades de caráter público tenham a seu respeito.
- O mandado de segurança deve ser impetrado sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.
- O *habeas data* é utilizado para proteger direito líquido e certo não amparado por *habeas corpus* ou mandado de segurança.
- O mandado de injunção é o remédio constitucional a ser impetrado sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício de direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

QUESTÃO 4

O artigo 5.º, inciso II, da CF dispõe que “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei”. Tal enunciado consagra o princípio da

- moralidade.
- impessoalidade.
- justiça.
- legalidade.

QUESTÃO 5

A CF determina que à Defensoria Pública, instituição essencial à função jurisdicional do Estado, cabe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados. As defensorias públicas estaduais a CF assegura

- apenas a independência funcional.
- a iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, mas não a autonomia funcional e administrativa.
- autonomia funcional e administrativa, assim como a iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos nos limites da lei de diretrizes orçamentárias.
- somente a independência administrativa.

QUESTÃO 6

Usucapião é um dos modos de adquirir a propriedade móvel ou imóvel pela posse pacífica e ininterrupta da coisa durante certo tempo. De acordo com a CF, os imóveis públicos

- não podem ser adquiridos por usucapião.
- podem ser adquiridos por usucapião somente após 2 anos de posse pacífica.
- podem ser adquiridos por usucapião somente após 10 anos de posse pacífica.
- podem ser adquiridos por usucapião somente após 20 anos de posse pacífica.

QUESTÃO 7

A CF assegura aos defensores públicos

- a inamovibilidade e a vitaliciedade após 2 anos de exercício no cargo, sendo vedado o exercício da advocacia fora de suas atribuições funcionais.
- a estabilidade após 3 anos de exercício na função, sendo vedados a inamovibilidade e o exercício da advocacia fora de suas atribuições funcionais.
- a inamovibilidade e a estabilidade após 3 anos de exercício no cargo, sendo vedado o exercício da advocacia fora de suas atribuições funcionais.
- a irredutibilidade de subsídio e a vitaliciedade, sendo permitido o exercício da advocacia fora de suas atribuições funcionais.

QUESTÃO 8

Acerca do processo legislativo de emendas à CF, assinale a opção correta.

- Uma proposta de emenda constitucional pode provir de iniciativa popular, desde que subscrita por, no mínimo, 1% dos eleitores do país.
- Considera-se aprovada a emenda constitucional que obtiver, em dois turnos, três quintos dos votos dos membros de cada casa do Congresso Nacional.
- Para ser considerada aprovada, após a votação prevista na CF, a emenda constitucional deve ser sancionada pelo chefe do Poder Executivo federal.
- Desde que seja caso de relevância e urgência, a CF pode ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

QUESTÃO 9

Entende-se por controle de constitucionalidade a verificação da adequação que toda norma deve guardar com a CF. É correto afirmar que o controle de constitucionalidade

- A pode ocorrer de modo difuso ou concentrado. O controle concentrado é exercido exclusivamente pelo Supremo Tribunal Federal e o difuso pode ser realizado por todos os juízes, inclusive os de 1.ª instância.
- B difuso é realizado abstratamente e o concentrado se baseia em um caso concreto.
- C pode ser realizado de maneira preventiva ou repressiva, sendo que, somente no segundo caso, pode ser realizado por qualquer dos três poderes.
- D pode ser realizado de maneira preventiva ou repressiva, podendo, em ambos os casos, ser realizado pelos Poderes Executivo, Legislativo ou Judiciário.

QUESTÃO 10

É cabível intervenção federal nos estados ou no Distrito Federal quando houver afronta aos chamados Princípios Constitucionais Sensíveis, previstos no artigo 34, inciso VII, da CF. Esses princípios **não** incluem

- A forma republicana, sistema representativo e regime democrático.
- B prestação de contas por parte da administração pública direta e indireta.
- C legalidade, moralidade e cidadania.
- D direitos da pessoa humana e autonomia municipal.

QUESTÃO 11

De acordo com o Código Civil brasileiro atual, são absolutamente incapazes

- A os menores de 18 anos.
- B os pródigos.
- C os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo.
- D os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.

QUESTÃO 12

Não é direito da personalidade

- A o nome.
- B a integridade corporal.
- C a imagem.
- D o crédito pecuniário expressamente reconhecido pelo Poder Judiciário.

QUESTÃO 13

Se uma pessoa possui duas residências regulares, considera-se como seu domicílio

- A aquela onde a pessoa reside há mais tempo.
- B aquela que a pessoa passou a ocupar por último.
- C qualquer uma delas.
- D aquela que for de propriedade da pessoa.

QUESTÃO 14

A expressão “dôo o meu terreno localizado na Av. Paulista, n.º 0000, bairro XXX, na cidade de São Paulo, ao município de São Paulo, a fim de que nele seja construída uma escola” encerra uma liberalidade gravada com

- A encargo.
- B condição suspensiva.
- C termo certo.
- D condição resolutiva.

QUESTÃO 15

A exigência de cheque caução feita por hospital como condição *sine qua non* para a realização de uma cirurgia em familiar de quem o emite, configura o defeito do negócio jurídico denominado

- A nulidade.
- B estado de perigo.
- C dolo.
- D lesão.

QUESTÃO 16

A ação de investigação de paternidade

- A prescreve em 5 anos.
- B prescreve em 10 anos.
- C prescreve em 20 anos.
- D é imprescritível.

QUESTÃO 17

Uma cirurgiã locou, por uma semana, centro cirúrgico em hospital de renome, submetendo seu paciente a cirurgia não estética. Apesar de ministrar todos os recursos médicos na intervenção cirúrgica, seu paciente faleceu.

Na situação hipotética acima, a responsabilidade pelo evento

- A é cumulativa, da médica e do hospital, pelo vínculo decorrente da locação celebrada.
- B cabe à médica, se provada sua culpa no evento.
- C cabe à médica, com base na teoria da responsabilidade objetiva.
- D cabe à médica, pela teoria do risco profissional.

QUESTÃO 18

Acerca do casamento, assinale a opção **incorreta**.

- A O casamento contraído por menor de 16 anos é nulo.
- B Não se anulará, por motivo de idade, o casamento do qual resultou gravidez.
- C Casamento nuncupativo é aquele feito em caso de iminente risco de vida.
- D A idade núbil inicia-se, tanto para o homem quanto para a mulher, aos 16 anos.

QUESTÃO 19

O atual regramento da união estável reconhecida constitucionalmente como entidade familiar

- A** pressupõe que a convivência tenha a duração mínima de 5 anos.
- B** permite a estipulação livre de regime de bens, desde que no início da convivência.
- C** admite que se considere como tal uma união de menos de 5 anos, desde que dela resultem filhos.
- D** não estipula prazo mínimo para que se considere estável a união, bastando ser esta duradoura, pública, contínua e com o objetivo de constituir família.

QUESTÃO 20

Quanto aos alimentos, é correto afirmar que devem ser fixados

- A** no montante das necessidades do reclamante, sem se levar em conta quaisquer outros critérios.
- B** no montante da possibilidade financeira da pessoa obrigada a prestá-los, sem se levar em conta quaisquer outros critérios.
- C** na proporção das necessidades do reclamante e dos recursos financeiros da pessoa obrigada.
- D** pelo livre arbítrio do juiz, sem se levar em conta quaisquer outros critérios.

QUESTÃO 21

O arrependimento posterior

- A** aplica-se ao crime de roubo tentado.
- B** tem natureza jurídica de causa obrigatória de diminuição da pena, constituindo um direito subjetivo público do agente do crime.
- C** pode não ser reconhecido pelo juiz, caso o agente do crime seja reincidente.
- D** é aplicado na segunda fase do sistema trifásico de cálculo da pena, como circunstância atenuante.

QUESTÃO 22

Sob a ótica da defesa, é correto afirmar que

- A** não se aplica a pena prevista para o furto privilegiado a criminoso primário, mas que apresenta maus antecedentes.
- B** o criminoso que cumpriu a pena por outro crime, há mais de cinco anos antes da subtração de coisa de pequeno valor, deve responder por furto simples.
- C** o agente reincidente em crimes contra a honra, sendo a coisa furtada de pequeno valor, deve receber a pena de furto privilegiado.
- D** é cabível a aplicação do princípio da insignificância para considerar a conduta atípica se a coisa furtada for de ínfimo valor econômico e o criminoso tiver bons antecedentes.

QUESTÃO 23

A respeito de lei penal e medida de segurança, assinale a opção correta.

- A** A lei penal que agrava a medida de segurança pode retroagir, pois a vedação à retroatividade da lei penal mais gravosa somente se aplica aos crimes e às penas.
- B** A lei penal que agrava a medida de segurança não pode retroagir, porque a medida de segurança é sanção penal assim como a pena.
- C** A lei penal mais branda não pode retroagir para atingir a medida de segurança por não se tratar de espécie de pena.
- D** A medida de segurança não é sanção penal, mas medida de proteção ao criminoso imputável.

QUESTÃO 24

Assinale a opção correta acerca da falsificação de documento.

- A** A falsidade ideológica somente se aplica à omissão de declaração em documento público.
- B** A falsidade ideológica somente se aplica à inserção de declaração falsa em documento particular.
- C** A falsificação de um cheque endossável configura o crime de falsificação de documento particular.
- D** A falsificação de uma nota promissória endossável configura o crime de falsificação de documento público.

QUESTÃO 25

Em relação às penas e sua redução, assinale a opção correta.

- A** O Código Penal comina uma pena para os crimes tentados e outra para os crimes consumados.
- B** A redução da pena pela tentativa fica a critério do juiz, discricionariamente, com limite apenas nas cominações mínima e máxima do tipo penal.
- C** A redução da pena é obrigatória em caso de tentativa, devendo ser reduzida em um a dois terços da pena prevista para o crime consumado.
- D** A redução da pena é facultativa em caso de tentativa, podendo ser reduzida em um sexto a dois terços da pena prevista para o crime consumado.

QUESTÃO 26

João emprestou uma máquina fotográfica a Paulo. Paulo começou a correr, olhando para João, com um sorriso irônico, levando a máquina fotográfica. Logo depois, João telefonou para Paulo questionando o comportamento do colega, que informou que resolvera, depois de se despedirem, não mais devolver a máquina fotográfica.

Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a opção correta.

- A** Paulo praticou o crime de apropriação indébita, pois tinha a posse legítima da máquina fotográfica derivada do contrato de comodato quando deliberou inverter a posse.
- B** Paulo praticou o crime de furto qualificado por fraude, uma vez que saiu correndo do local, enganando a vítima.
- C** O fato é atípico porque se trata de mero inadimplemento contratual.
- D** Paulo praticou estelionato, pois cometeu uma fraude posterior para conseguir a posse da máquina fotográfica.

QUESTÃO 27

Assinale a opção correta acerca de porte e tráfico de drogas.

- A O porte de drogas para uso pessoal tem cominação legal de pena privativa de liberdade de reclusão.
- B O tráfico de drogas passou a ser atípico.
- C A prescrição da pretensão punitiva e executória do crime de porte de drogas para uso pessoal é de dois anos.
- D A prescrição da pretensão punitiva do crime de tráfico de drogas é de apenas dois anos.

QUESTÃO 28

Quanto aos crimes de calúnia, difamação e injúria, assinale a opção correta.

- A O crime de calúnia ofende a honra subjetiva e o patrimônio da vítima.
- B Os crimes de calúnia e difamação ofendem a honra objetiva da vítima.
- C O crime de injúria ofende a honra objetiva e o patrimônio da vítima.
- D Os crimes de calúnia, difamação e injúria ofendem a honra objetiva e o patrimônio da vítima.

QUESTÃO 29

De acordo com a CF,

- A somente a lei pode prever crimes e estabelecer as penas.
- B o decreto presidencial pode prever crimes e penas.
- C a pena de banimento pode ser aplicada aos brasileiros.
- D é permitida a criação de penas cruéis por decreto.

QUESTÃO 30

Assinale a opção correta acerca de conflito aparente de normas penais.

- A O princípio da especialidade consiste na aplicação da lei genérica em prejuízo da lei específica.
- B O princípio da especialidade consiste na aplicação da norma penal mais específica em relação à norma penal mais genérica.
- C O princípio da subsidiariedade consiste na aplicação da norma penal secundária em prejuízo da norma penal principal aplicável ao caso concreto.
- D O princípio da consunção consiste na absorção do crime-fim pelo crime-meio.

QUESTÃO 31

Segundo a Lei n.º 5.478/1968, na ação de alimentos, o prazo para contestação é

- A de 15 dias.
- B de 10 dias.
- C o da audiência.
- D de 30 dias.

QUESTÃO 32

Considerando o procedimento ordinário do Código de Processo Civil (CPC), assinale a opção que apresenta a seqüência correta de produção de provas na audiência de instrução e julgamento.

- A esclarecimentos prestados por perito e assistentes técnicos, depoimento pessoal do réu, depoimento pessoal do autor, testemunhas arroladas pelo autor e testemunhas arroladas pelo réu
- B esclarecimentos prestados por perito e assistentes técnicos, depoimento pessoal do autor, depoimento pessoal do réu, testemunhas arroladas pelo autor e testemunhas arroladas pelo réu
- C depoimento pessoal do autor, depoimento pessoal do réu, testemunhas arroladas pelo autor, testemunhas arroladas pelo réu e esclarecimentos prestados por perito e assistentes técnicos
- D depoimento pessoal do autor, depoimento pessoal do réu, esclarecimentos prestados por perito e assistentes técnicos, testemunhas arroladas pelo autor e testemunhas arroladas pelo réu

QUESTÃO 33

Pedro ingressou com uma demanda de usucapião extraordinária contra Márcio. Ao despachar a petição inicial, o juiz determinou ao autor que a emendasse para que fossem incluídos no pólo passivo os confrontantes do imóvel objeto da demanda. Nessa situação hipotética, há litisconsórcio

- A ativo, facultativo, originário e unitário.
- B ativo, necessário, originário e simples.
- C passivo, necessário, originário e unitário.
- D passivo, necessário, originário e simples.

QUESTÃO 34

O recurso de apelação é

- A sempre recebido no duplo efeito (devolutivo e suspensivo).
- B recebido somente no efeito devolutivo.
- C recebido, em geral, no duplo efeito (devolutivo e suspensivo), salvo hipóteses em que deve ser recebido somente no efeito devolutivo.
- D recebido no duplo efeito somente quando a lei expressamente assim o dispuser.

QUESTÃO 35

Acerca das medidas cautelares específicas, assinale a opção correta.

- A É cabível a medida de arresto na constrição em bem determinado, enquanto a medida de seqüestro recai sobre bem indeterminado.
- B Tanto a medida de arresto quanto a de seqüestro recaem sobre bens indeterminados, se diferenciando apenas quanto à modalidade de execução a ser proposta.
- C Sempre que há fundado receio de extravio ou de dissipação de bens, é cabível a medida de arrolamento, que incide sobre bens determinados.
- D A medida de arrolamento, que incide sobre uma universalidade de bens, é cabível sempre que há fundado receio de extravio ou de dissipação de bens.

QUESTÃO 36

A Defensoria Pública do Estado de São Paulo, por meio de seu Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo, ajuizou uma ação civil pública contra a remoção de determinada comunidade de uma Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) da cidade de São Paulo. Essa comunidade estava instalada no local havia 35 anos. Ao despachar a petição inicial, o juiz a indeferiu, extinguindo o processo sem resolução do mérito, ao fundamento de que não haveria possibilidade jurídica do pedido, uma vez que não há nenhuma lei que assegure expressamente a pretensão do autor em não remover uma comunidade.

Nessa situação hipotética, o juiz

- Ⓐ agiu corretamente, já que a possibilidade jurídica do pedido, segundo a doutrina majoritária, é aferida somente se houver previsão expressa do pedido postulado na ação.
- Ⓑ não agiu corretamente, pois, em caso de impossibilidade jurídica do pedido, sempre é necessário determinar ao autor a emenda da petição inicial.
- Ⓒ não agiu corretamente, pois, segundo a doutrina majoritária, a possibilidade jurídica do pedido afere-se a *contrario sensu*, ou seja, é juridicamente possível tudo aquilo que a lei não vede expressamente.
- Ⓓ agiu corretamente, porque, como se trata de ação civil pública, não é observada a oportunidade da emenda da inicial antes de se extinguir o processo.

QUESTÃO 37

Com base no CPC, assinale a opção correta.

- Ⓐ Segundo a teoria da substanciação da demanda, além dos fatos, deve o autor declinar os dispositivos nos quais se baseia sua pretensão.
- Ⓑ A prova *ad perpetuam rei in memoriam* admite a forma de depoimento pessoal, de inquirição de testemunhas e de perícia.
- Ⓒ O CPC em vigor, no que tange às condições da ação, adotou a teoria do direito concreto de agir, segundo a qual as condições da ação são requisitos para o regular exercício do direito de ação.
- Ⓓ No chamado *litisconsórcio multitudinário*, o magistrado pode limitar os litisconsortes, excluindo-os da demanda ou desmembrando o processo, somente em caso de litisconsórcio necessário.

QUESTÃO 38

São modalidades forçadas de intervenção de terceiros

- Ⓐ nomeação à autoria e oposição.
- Ⓑ chamamento ao processo e oposição.
- Ⓒ denúncia da lide e chamamento ao processo.
- Ⓓ denúncia da lide e oposição.

QUESTÃO 39

De acordo com as disposições da Lei Federal n.º 1.060/1950, que estabelece normas para a concessão de assistência judiciária para os necessitados, assinale a opção correta.

- Ⓐ A impugnação do direito à assistência judiciária suspende o curso do processo, devendo ser feita em autos apartados.
- Ⓑ Os benefícios da assistência judiciária compreendem todos os atos do processo até decisão de primeira instância.
- Ⓒ Caberá apelação das decisões referentes à sua aplicação, que será recebida somente no efeito devolutivo, quando a sentença conceder o pedido.
- Ⓓ Se o assistido puder atender, em parte, às despesas do processo, o juiz mandará pagar as custas, que não serão rateadas entre os que tiverem direito ao seu recebimento.

QUESTÃO 40

O prazo para apresentação de impugnação à execução, expedido no caso de devedor condenado ao pagamento de quantia certa ou já fixada em liquidação, é de

- Ⓐ 5 dias.
- Ⓑ 10 dias.
- Ⓒ 15 dias.
- Ⓓ 30 dias.

QUESTÃO 41

De acordo com o art. 366 do Código de Processo Penal (CPP), se o réu citado por edital não comparecer ao interrogatório e não constituir advogado,

- Ⓐ o processo prosseguirá sem a intimação do réu para os demais atos processuais, com exceção da sentença.
- Ⓑ o juiz deverá nomear defensor público ou dativo para representar o acusado, tendo o processo prosseguimento normal.
- Ⓒ o processo e o prazo prescricional ficarão suspensos, podendo o juiz, se necessário, determinar a produção de provas urgentes e decretar a prisão do réu.
- Ⓓ o processo deverá ser extinto, sem julgamento do mérito.

QUESTÃO 42

De acordo com o CPP,

- Ⓐ a apelação é cabível contra sentenças definitivas e sempre tem efeito devolutivo e suspensivo.
- Ⓑ os embargos infringentes e de nulidade somente podem ser interpostos pela defesa e são cabíveis contra decisões de segunda instância que não sejam unânimes.
- Ⓒ os embargos de declaração são cabíveis em caso de decisão ambígua, omissa, contraditória ou obscura e são julgados pela instância superior ao órgão prolator da decisão.
- Ⓓ a revisão criminal tem natureza de recurso e somente pode ser requerida pelo próprio réu após o trânsito em julgado de uma decisão condenatória.

QUESTÃO 43

Assinale a opção correta acerca do inquérito policial (IP).

- Ⓐ O IP pode ser iniciado de ofício, mediante requisição do juiz ou do Ministério Público, ou a requerimento do ofendido ou de seu representante.
- Ⓑ Caso o Ministério Público requeira o arquivamento do IP, o juiz será obrigado a determiná-lo, encerrando definitivamente a investigação.
- Ⓒ O IP é a única forma de início da persecução penal.
- Ⓓ O IP deve ser concluído em cinco dias, se o réu estiver preso em flagrante, ou em quinze dias, se estiver solto, podendo, neste último caso, ser concedido novo prazo pela autoridade judicial.

QUESTÃO 44

Julgue os itens subseqüentes, relativos à suspensão condicional do processo, de acordo com a Lei n.º 9.099/1995.

- I Quando a proposta de suspensão é recusada, o juiz deve remeter os autos ao Ministério Público para que este ofereça denúncia.
- II A suspensão condicional do processo é cabível no caso de crimes praticados com violência e grave ameaça.
- III A suspensão somente pode ser concedida nas infrações penais de menor potencial ofensivo.
- IV Expirado o prazo sem revogação da suspensão, o juiz deve decretar a extinção da punibilidade.

Estão certos apenas os itens

- Ⓐ I e II.
- Ⓑ I e III.
- Ⓒ II e IV.
- Ⓓ III e IV.

QUESTÃO 45

De acordo com o princípio da correlação entre a sentença e a denúncia ou queixa, o juiz

- Ⓐ não pode dar definição jurídica diferente ao fato que consta na denúncia ou na queixa, se tal definição acarretar aplicação de pena mais grave.
- Ⓑ pode reconhecer agravantes que não tenham sido alegadas pela acusação.
- Ⓒ deverá baixar o processo para que a defesa se pronuncie e requeira a produção de provas, no prazo de 8 dias, caso reconheça haver possibilidade de dar nova definição jurídica ao fato, em razão de prova de circunstância que não tenha sido descrita na denúncia e que implique pena mais grave.
- Ⓓ deverá absolver o acusado, se não concordar com a classificação do delito constante da denúncia.

QUESTÃO 46

Assinale a opção correta acerca do direito de representação.

- Ⓐ Em crime de ação pública condicionada, a ausência de representação implica nulidade *ab initio* do processo.
- Ⓑ O direito de representação somente pode ser exercido pela vítima, sendo extinto em caso de morte.
- Ⓒ Salvo disposição em contrário, o direito de representação decai em seis meses, contados da data da consumação do delito, excluindo-se, da contagem, o dia inicial.
- Ⓓ Os crimes contra os costumes são, em regra, de ação penal pública condicionada à representação, excetuando-se a hipótese de crime cometido com abuso de pátrio poder ou da qualidade de padrasto, tutor ou curador.

QUESTÃO 47

A prisão preventiva

- Ⓐ somente pode ser decretada em caso de crimes punidos com reclusão.
- Ⓑ somente pode ser decretada pela autoridade judiciária, em qualquer fase do IP ou do processo.
- Ⓒ deve ser decretada nos casos em que o acusado, não tendo sido localizado, seja citado por edital e deixe de comparecer ao interrogatório.
- Ⓓ pode ser decretada quando houver indício da materialidade do crime e prova cabal da autoria.

QUESTÃO 48

Assinale a opção correta acerca da teoria geral das provas no processo penal.

- Ⓐ O CPP estabelece um rol taxativo dos meios de provas admitidos, a fim de evitar o emprego de provas ilícitas.
- Ⓑ No processo penal, vige o sistema da íntima convicção do magistrado, exceto nas decisões dos jurados no tribunal do júri, que é regido pelo sistema da livre convicção.
- Ⓒ De acordo com o CPP, o exame de corpo de delito é sempre obrigatório na apuração de infrações que deixem vestígios, somente podendo ser suprido pela prova testemunhal nos casos em que a prova pericial seja inviabilizada em razão do desaparecimento dos vestígios.
- Ⓓ Pela lei processual, os ascendentes, descendentes, cônjuges e irmãos dos acusados não são obrigados a depor, mas, se o fizerem, deverão prestar compromisso de dizer a verdade, sob pena de falso testemunho.

QUESTÃO 49

Com relação aos procedimentos do processo penal, assinale a opção correta.

- A O procedimento sumaríssimo, previsto na Lei n.º 9.099/1995, é aplicado nos casos de infrações de menor potencial ofensivo e para aqueles cuja pena mínima seja igual ou inferior a um ano.
- B O procedimento ordinário aplica-se aos crimes punidos com reclusão, exceto quando há expressa previsão legal de rito especial.
- C No caso de crime contra a honra, o juiz deve, após o recebimento da denúncia, designar audiência de conciliação, e, caso a vítima desista da ação, o réu deverá ser absolvido.
- D O procedimento dos crimes de competência do júri é composto de três fases: o sumário da culpa, o juízo da causa e o julgamento em plenário.

QUESTÃO 50

Assinale a opção correta relativa às regras previstas no CPP a respeito da ação civil *ex delicto*.

- A A sentença penal condenatória não pode ser executada no cível, devendo ser previamente ajuizada, na referida esfera, uma ação de conhecimento para apurar a responsabilidade civil do réu.
- B Faz coisa julgada no cível a sentença penal absolutória que decidir que o fato imputado ao réu não constitui crime ou que julgar extinta a punibilidade.
- C Para evitar decisões conflitantes, o juiz pode suspender o curso do processo na esfera cível até o julgamento definitivo da ação penal.
- D A absolvição com fundamento na legítima defesa, estado de necessidade, estrito cumprimento do dever legal e exercício regular de direito não impede que seja discutido no cível se o autor do fato agiu acobertado por uma das excludentes de ilicitude.

QUESTÃO 51

O acesso à justiça é considerado direito fundamental previsto na CF. Para os que comprovarem insuficiência de recursos, o Estado prestará assistência

- A jurídica integral e gratuita.
- B jurídica parcial e onerosa.
- C judiciária parcial e onerosa.
- D judiciária integral e gratuita.

QUESTÃO 52

A Defensoria Pública do Estado de São Paulo é comprometida com os princípios constitucionais da administração pública e com a democracia. Para manter-se esse compromisso, são garantidos alguns direitos às pessoas que buscam atendimento na Defensoria Pública. Entre esses direitos, **não** se inclui a

- A informação.
- B participação com poder de voz e voto nas reuniões do Conselho Superior da Defensoria Pública.
- C qualidade na execução das funções.
- D participação na definição das diretrizes institucionais da Defensoria Pública.

QUESTÃO 53

A Defensoria Pública do Estado, no desempenho de suas funções, terá como fundamentos de atuação a prevenção dos conflitos e a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, a erradicação da pobreza e da marginalidade, e a redução das desigualdades sociais e regionais.

Artigo 3.º da Lei Complementar Estadual n.º 988/2006.

Nesse sentido, as atribuições institucionais da Defensoria Pública do Estado de São Paulo **não** incluem a

- A prestação de atendimento interdisciplinar.
- B atuação nos estabelecimentos policiais, penais e de internação, inclusive de adolescentes, visando assegurar à pessoa, sob quaisquer circunstâncias, o exercício dos direitos e garantias individuais.
- C promoção de trabalho de orientação jurídica e informação sobre direitos humanos e cidadania em prol das pessoas e comunidades carentes, de forma integrada e multidisciplinar.
- D representação dos necessitados em juízo, na tutela de seus interesses individuais ou coletivos, no âmbito civil ou criminal, perante os órgãos jurisdicionais do Estado e em todas as instâncias, com exceção dos tribunais superiores.

QUESTÃO 54

Acerca da responsabilidade institucional da defensoria pública na garantia do acesso à justiça, julgue os próximos itens, de acordo com as diretrizes constitucionais.

- I Emenda à CF atribuiu às defensorias públicas estaduais e à Defensoria Pública da União autonomia funcional e administrativa.
- II A defensoria pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado.
- III Os cargos de carreira da defensoria pública devem ser providos, na classe inicial, mediante concurso público de provas e títulos.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item III está certo.
- C Apenas os itens I e II estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.

QUESTÃO 55

No tocante aos direitos e deveres dos defensores públicos do estado de São Paulo, assinale a opção correta.

- A** É prerrogativa do defensor público requisitar, após expressa autorização do juiz, a quaisquer órgãos públicos estaduais, exames, certidões, cópias reprográficas, perícias, vistorias, diligências, processos, documentos, informações, esclarecimentos e demais providências necessárias ao exercício de suas atribuições, podendo acompanhar as diligências requeridas.
- B** Há hierarquia entre defensores públicos, membros do Ministério Público e magistrados.
- C** É prerrogativa dos membros da Defensoria Pública do Estado dispor, em tribunais, fóruns e demais locais de funcionamento de órgãos judiciários, em estabelecimentos penais, nos destinados à internação de adolescentes e em delegacias de polícia, de instalações condignas e compatíveis com o exercício de suas funções, especialmente no que se refere ao atendimento público.
- D** Representa a garantia de vitaliciedade ao defensor público a impossibilidade, após o estágio probatório, de ser demitido, senão por sentença judicial ou decisão exarada em processo administrativo disciplinar, assegurada ampla defesa.

QUESTÃO 56

Com base na Lei Complementar Estadual n.º 988/2006, que instituiu a Defensoria Pública de São Paulo, assinale a opção correta.

- A** A orientação jurídica assumida pela Defensoria Pública não pode abarcar, em hipótese alguma, a orientação às entidades civis que tenham entre as suas finalidades a tutela de interesses dos necessitados, uma vez que a Defensoria limita-se à defesa dos direitos dos cidadãos, estando pessoas jurídicas excluídas do seu âmbito de atuação.
- B** A possibilidade de o defensor público utilizar processo de mediação e conciliação entre as partes em conflito de interesses caracteriza, entre outras, a atuação judicial do defensor público prevista em lei.
- C** O conceito de defesa em todos os graus compreende também a possibilidade de o defensor público promover a tutela dos direitos humanos em qualquer grau de jurisdição, inclusive perante os sistemas global e regional de proteção dos direitos humanos.
- D** A Defensoria Pública do Estado de São Paulo não pode integrar conselhos federais, estaduais e municipais cujas finalidades lhe sejam afetas.

QUESTÃO 57

Não compõe o Conselho Superior da Defensoria Pública de São Paulo o

- A** primeiro subdefensor público-geral do estado.
- B** terceiro subdefensor público-geral do estado.
- C** defensor público do estado corregedor-geral.
- D** ouvidor-geral da defensoria pública.

QUESTÃO 58

O estagiário da Defensoria Pública do Estado de São Paulo que se ausentar de suas atividades, durante o ano civil, por mais de 10 dias, sem justificção, será descredenciado

- A** a pedido próprio.
- B** automaticamente.
- C** a pedido próprio ou mediante procedimento administrativo sumário, garantida ampla defesa.
- D** mediante procedimento administrativo sumário, garantida ampla defesa.

QUESTÃO 59

O estagiário da Defensoria Pública do Estado de São Paulo

- A** pode utilizar distintivos e insígnias privativos dos membros da Defensoria Pública do Estado.
- B** tem direito a licença de até 5 dias por ano, sem prejuízo da bolsa mensal, para realização de provas atinentes ao curso de graduação em direito, com prévia autorização do defensor público a que estiver subordinado, que deve ser requerida com antecedência mínima de 5 dias.
- C** deve, no atendimento ao público, vincular-se aos limites da orientação que venha a receber pelo defensor público a que estiver subordinado.
- D** exercerá, transitoriamente, funções auxiliares dos defensores públicos, sendo os direitos e vantagens assegurados aos servidores públicos estendidos ao estagiário.

QUESTÃO 60

Bárbara, estagiária da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, com atuação na área dos direitos da criança e adolescente, recebeu a informação de que estão ocorrendo várias violações administrativas em unidade de internação para adolescente autor de ato infracional. Bárbara, então, repassou a informação ao defensor público, que decidiu ir à unidade para averiguar a sua veracidade.

Nessa situação, de acordo com a Lei n.º 988/2006, o defensor público terá acesso

- A** irrestrito a todas as dependências do estabelecimento de internação de adolescentes, dependendo de prévio agendamento e autorização do corregedor-geral da defensoria.
- B** irrestrito apenas ao local que consta na denúncia, independentemente de prévio agendamento ou autorização.
- C** amplo e irrestrito a todas as dependências do estabelecimento de internação de adolescentes, desde que haja autorização do defensor público-geral.
- D** amplo e irrestrito a todas as dependências do estabelecimento de internação de adolescentes, independentemente de prévio agendamento ou autorização.